

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CAB ÁGUAS DO AGRESTE S.A.

entre

CAB ÁGUAS DO AGRESTE S.A.

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e, ainda,

COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL – CAB AMBIENTAL

e

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A

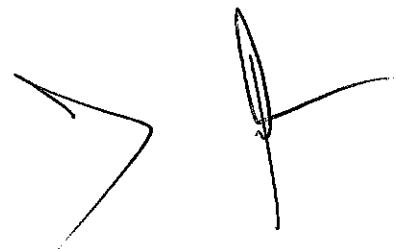
como Intervenientes Garantidoras

Datado de
12 de julho de 2013



ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES	4
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	10
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA.....	15
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO TOTAL, AQUISIÇÃO FACULTATIVA E AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA.....	16
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	18
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	22
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO.....	27
CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	36
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS	38
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	42



1

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CAB ÁGUAS DO AGRESTE S.A.

Pelo presente instrumento particular:

CAB ÁGUAS DO AGRESTE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, nº 274, Jardim Esperança, CEP 57307-600, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.401.489/0001-80, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente Emissão, conforme abaixo definida ("Debenturistas"), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

e, ainda, na qualidade de intervenientes garantidoras (em conjunto "Garantidoras"),

COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL – CAB AMBIENTAL, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 1º andar, conjunto 12, Vila Olímpia, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.159.965/0001-33, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("CAB Ambiental"); e

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjunto 192, sala 23, Vila Olímpia, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.284.210/0001-75, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("GALPAR").

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com



Esforços Restritos de Colocação, da CAB Águas do Agreste S.A.” (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 11 de julho de 2013 (“AGE”), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, conforme definido abaixo, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia, ou a seus procuradores, para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. Autorização das Garantidoras

1.2.1. A prestação da Fiança pela CAB Ambiental foi outorgada com base nas deliberações do Conselho de Administração da CAB Ambiental em reunião realizada em 11 de julho de 2013 (“RCA da CAB Ambiental”).

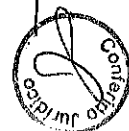
1.2.1. A prestação da Fiança pela GALPAR foi outorgada com base nas deliberações do Conselho de Administração da GALPAR em reunião realizada em 11 de julho de 2013 (“RCA da GALPAR”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da Emissora (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e desta Escritura (“Emissão” ou “Oferta Restrita”), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições



legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", datado de 1º de junho de 2011.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de Alagoas ("JUCEAL") e será publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas e no jornal local "O Jornal", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA da CAB Ambiental será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 142, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. A ata da RCA da GALPAR será arquivada na JUCESP e será publicada no jornal "O Dia" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 142, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado de Alagoas

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEAL, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Garantia Fidejussória

Observado o disposto na Cláusula 3.5 abaixo, em virtude da Fiança prestada pelas Garantidoras em benefício dos Debenturistas por meio deste instrumento, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"), nos termos da Cláusula 3.5.10 desta Escritura, e entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados do efetivo registro.

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia

2.5.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e



- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme definido abaixo, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Companhia.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões reais), na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados (a) ao resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Companhia, nos termos da respectiva escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia firmada em 11 de setembro de 2012; e (b) investimentos em sistema de abastecimento de águas, que deverão atender até 10 (dez) municípios no Estado de Alagoas (“Projeto”), os quais se tratam de investimentos obrigatórios segundo marcos contratuais da concessão pública detida pela Companhia.

3.5. Garantia Fidejussória

3.5.1. As Debêntures são garantidas por fiança prestada pelas Garantidoras de forma solidária (“Fiança”), constituída neste ato, que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obrigam, perante os Debenturistas, na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras de todas as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos



333, parágrafo único, 821, 827, 830, 834, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.5.2. A Fiança visa a garantir o integral e pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, incluindo a Remuneração e os encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução da Fiança ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pelas Garantidoras em relação à Fiança será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

3.5.3. Cada uma das Garantidoras presta a Fiança aqui referida pelo Valor Garantido de forma solidária em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Garantidoras e seus sucessores a qualquer título, pelas obrigações aqui estabelecidas, vigendo até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.5.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer valores devidos aos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.5.5. O Valor Garantido será pago pelas Garantidoras no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, bem como às hipóteses de pedido de autofalência da Emissora e pedido de falência da Emissora não elidido no prazo legal. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura.

3.5.6. O pagamento citado na Cláusula 3.5.5 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.5.7. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.5.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada por qualquer das Garantidoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.5.9. As Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles



honrada, sendo certo que as Garantidoras somente poderão realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral do Valor Garantido.

3.5.10. Em virtude da Fiança prestada pelas Garantidoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro, pela Emissora, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, em até 7 (sete) Dias Úteis a contar da data de sua retirada da JUCEAL, após devidamente registrada na referida Junta Comercial, sendo certo que a obtenção do registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aqui previsto, não poderá ultrapassar o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura desta Escritura. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o registro desta Escritura nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3.5.11. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive nos casos de prorrogação.

3.5.12. As Garantidoras desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, tendo com data de vencimento a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), de acordo com o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da CAB Águas do Agreste S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios



ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.6.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6.8. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (c) efetuou sua própria análise sobre a Emissora e a Emissão.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante e o escriturador mandatário da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", conforme aplicável, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário).

3.7.2. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures dentre outras responsabilidades definidas no Regulamento e Manual de Normas da CETIP.

3.8. Objeto Social da Emissora

De acordo com o estatuto social da Emissora atualmente em vigor, a Companhia tem por objeto social exclusivo a execução do Contrato de Concessão Administrativa com a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL ("Contrato de Concessão Administrativa"), nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade de concorrência nº 01/2011, Processo nº 52530-830/2009, seus anexos e o Contrato de Concessão Administrativa, consistindo na (a) construção, gestão, operação e manutenção do novo Sistema Adutor do Agreste, planejado para iniciar em Traipu e terminar em Arapiraca; (b) recuperação, gestão, operação e manutenção do Sistema Adutor existente; (c) realização de serviços complementares



relativos à leitura e fornecimento de hidrômetros, fiscalização e cobrança nos municípios da área da Parceria Público Privada; e (d) exploração de receitas acessórias, alternativas ou de projetos associados.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos de direito, a data de emissão das Debêntures será o dia 12 de julho de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.2. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, e contarão com garantia fidejussória adicional.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 240 (duzentos e quarenta) dias a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 09 de março de 2014 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento.

4.1.6. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 1.050 (mil e cinquenta) Debêntures.

4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 127% (cento e vinte e sete por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extragrupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI-Over"), no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento.



4.2.1.1. A Remuneração será integralmente devida e paga na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante do resgate antecipado facultativo das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura, ou do resgate antecipado obrigatório, nos termos da Cláusula 4.2.1.5 abaixo, conforme aplicável).

4.2.1.2. A Remuneração será calculada pela seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

Onde:

J = Valor da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório da Taxa DI-Over, da Data de Emissão (ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso), inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

“k” = corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n sendo “k” um número inteiro;

“n” = número total de Taxas DI-Over, consideradas desde a Data de Emissão, conforme definido no 4.2.1 acima (ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de pagamento da Remuneração, sendo “n” um número inteiro;

“p” = corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 127,00% (cento e vinte e sete por cento);

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } dk = 1$$



DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

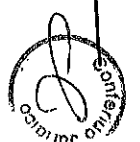
Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k \times P/100)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k \times P/100)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.1.3. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI-Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável.

4.2.1.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI-Over; (b) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI-Over não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI-Over, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que será aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.2.1.5 abaixo. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.



4.2.1.6. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI-Over então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.2.1.7. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, com exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma parcela única devida na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante do resgate antecipado facultativo das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura, ou do resgate antecipado obrigatório, nos termos da Cláusula 4.2.1.5 acima, conforme aplicável).

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração será integralmente devida e paga pela Emissora na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante do resgate antecipado facultativo das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura, ou do resgate antecipado obrigatório, nos termos da Cláusula 4.2.1.5 acima, conforme aplicável).

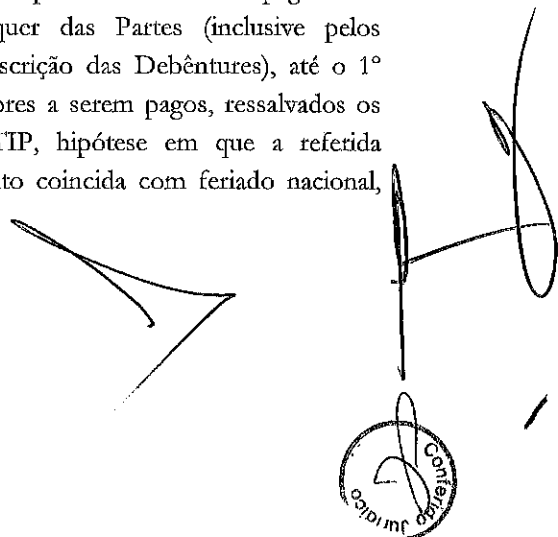
4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam vinculadas à CETIP (“Local de Pagamento”).

4.6. Prorrogação dos Prazos

Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios



Sem prejuízo da incidência da Remuneração e do disposto na Cláusula VII desta Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais (podendo-se, entretanto, utilizar até 8 casas decimais), sem arredondamento ("Preço de Subscrição"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM n.º 476, sendo certo que o Preço de Subscrição, na data da efetiva subscrição, será o mesmo para todos os investidores.

4.10. Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures deverão ser subscritas, no mercado primário, em até 01 (um) Dia Útil contado da data do início de distribuição, a qual deverá ocorrer após o cumprimento de todos os requisitos previstos na Cláusula II desta Escritura. A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis à CETIP.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal local "O Jornal", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.cabambiental.com.br – Nesta página, acessar "Operações", em seguida acessar Nordeste" e, por fim, acessar "CAB Águas do Agreste") ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em



relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP21.

4.14. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.16. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na JUCEAL

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelas Garantidoras e posteriormente: (a) arquivados, em até 30 (trinta) dias, na JUCEAL; e (b) averbados à margem do registro desta Escritura, em até 20 (vinte) dias, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.



CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, RESGATE ANTECIPADO
OBRIGATÓRIO TOTAL, AQUISIÇÃO FACULTATIVA E AMORTIZAÇÃO
ANTECIPADA FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a qualquer momento e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

6.1.1.1. Não será admitido o resgate antecipado facultativo de parte das Debêntures.

6.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário e a cada um dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total").

6.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, sem o pagamento de qualquer prêmio aos Debenturistas.

6.1.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora sobre o referido Resgate Antecipado Facultativo Total com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, por meio de envio de correspondência contendo o "de acordo" do Agente Fiduciário.

6.1.3.1. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.5. A Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.



6.2. Resgate Antecipado Obrigatório

6.2.1. Caso a Emissora, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, venha a obter empréstimo ou financiamento com prazo médio de vencimento superior a 360 dias, destinado, integral ou parcialmente, à realização de investimentos no Projeto ("Financiamento de Longo Prazo"), a Emissora ficará obrigada a utilizar a totalidade dos recursos obtidos com o Financiamento de Longo Prazo no resgate antecipado de tantas Debêntures em Circulação quantas forem possíveis tendo em vista o montante do respectivo Financiamento de Longo Prazo ("Resgate Antecipado Obrigatório").

6.2.2. O Resgate Antecipado Obrigatório total ou parcial das Debêntures deverá ser realizado pela Emissora na data do efetivo recebimento dos recursos oriundos do Financiamento de Longo Prazo obtido pela Companhia ("Data do Resgate Antecipado Obrigatório") e deverá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário e a cada um dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório"), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Obrigatório.

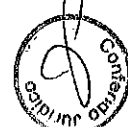
6.2.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado Obrigatório ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório"), sendo que não haverá a incidência de qualquer prêmio a ser pago pela Emissora por conta do Resgate Antecipado Obrigatório.

6.2.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Obrigatório; (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Obrigatório; (c) a quantidade de Debêntures que serão objeto do Resgate Antecipado Obrigatório; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

6.2.3. Quando o Resgate Antecipado Obrigatório for parcial, será realizado o sorteio com relação à totalidade dos Debenturistas detentores de Debêntures em Circulação, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto nos itens 6.2.3.1 e 6.2.3.2 abaixo, além da Cláusula X desta Escritura.

6.2.3.1. Caso, por qualquer razão (a) não haja a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto no item 6.2.3 acima, em até 2 (dois) Dias Úteis antes da Data de Resgate Antecipado Obrigatório, ou (b) ainda que havendo a Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio entre os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, o sorteio relativo ao Resgate Antecipado Obrigatório parcial ocorrerá com relação à totalidade dos Debenturistas detentores de Debêntures em Circulação com base no número de inscrição de cada titular de Debêntures no CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso, observado, para tanto, o disposto na Cláusula 6.2.3.2 abaixo.

6.2.3.2. O Resgate Antecipado Obrigatório, quando parcial, deverá ser realizado para as Debêntures registradas no CETIP21 de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.



6.2.4. Quando o Resgate Antecipado Obrigatório ocorrer com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21, o Resgate Antecipado Obrigatório seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

6.2.5. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total ou sobre o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total ou o Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso, por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

6.2.6. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Resgate Antecipado Obrigatório total ou parcial serão obrigatoriamente canceladas.

6.3. Aquisição Antecipada Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previstos no artigo 13 da Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures em Circulação adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, sendo que, neste último caso, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação de sua mesma série da Emissão.

6.4. Amortização Antecipada Facultativa

Não serão admitidas amortizações antecipadas facultativas das Debêntures pela Companhia.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

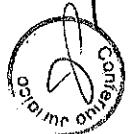
7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses descritas a seguir (cada hipótese, um “Evento de Inadimplemento”), observados os respectivos prazos de cura, conforme aplicável, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures e poderá exigir o imediato pagamento, pela Emissora, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura:

- (a) inadimplemento, pela Emissora ou por qualquer das Garantidoras, no prazo e na forma

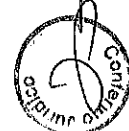


devidos, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;

- (b) descumprimento pela Emissora ou por qualquer das Garantidoras, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da comunicação do referido descumprimento enviada: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora e/ou à respectiva Garantidora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (c) ocorrência de: (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) apresentação de pedido, por parte da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (v) ingresso pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; (vi) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (vii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; ou (viii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, incluindo acordo de credores;
- (d) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou por qualquer das Garantidoras nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição;
- (e) revelarem-se substancialmente omissas quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou por qualquer das Garantidoras nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição;
- (f) se esta Escritura, o Contrato de Distribuição, a AGE, a RCA da CAB Ambiental e/ou RCA da GALPAR, ou qualquer de suas disposições substanciais, forem revogados, rescindidos, declarados nulos de pleno direito ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;
- (g) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de liquidação da Emissão, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;



- (i) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras sejam parte como mutuária ou garantidora, não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos contratos ou instrumentos, assumida: (i) com qualquer dos Debenturistas e/ou quaisquer sociedades integrantes dos grupos de qualquer dos Debenturistas, independentemente do valor; ou (ii) com quaisquer terceiros, sendo que, neste caso, o valor da dívida financeira ou obrigação pecuniária, seja, para a Emissora, superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e para as Garantidoras, superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou os respectivos valores equivalentes em outra moeda;
- (j) criação de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto, ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração ou direito de garantia equivalente ("Ônus"), sobre bens ou direitos da Emissora sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, excetuados: (i) os Ônus existentes na Data de Emissão; (ii) os Ônus criados em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações ou formalizações, totais ou parciais, em qualquer dos casos desta alínea, em relação a dívida garantida e existente na Data de Emissão; ou (iii) os Ônus criados em decorrência de eventual Financiamento de Longo Prazo que venha a ser obtido pela Emissora;
- (k) concessão de qualquer empréstimo ou financiamento, pela Emissora, em benefício de sociedades integrantes de seu grupo econômico, ou concessão, pela Emissora, de qualquer espécie de garantia com relação a obrigações pecuniárias de sociedades integrantes de seu grupo econômico, ressalvadas eventuais transações realizadas no curso ordinário dos negócios da Emissora e, em qualquer caso, limitadas ao montante, individual ou agregado, de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (l) contratação de empréstimos ou financiamentos pela Emissora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, ressalvados os Financiamentos de Longo Prazo que venham a ser obtidos pela Emissora;
- (m) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer das Garantidoras, cujo valor, seja, para a Emissora, superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e para as Garantidoras, superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou os valores respectivos equivalentes em outra moeda, por cujo pagamento sejam responsáveis a Emissora e/ou as Garantidoras e que não sejam sustados, sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto;



- (n) cancelamento, rescisão, revogação, suspensão, encampação, caducidade, anulação ou extinção, por qualquer meio, do Contrato de Concessão Administrativa;
- (o) não renovação, cancelamento, rescisão, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (p) cisão, fusão, incorporação (seja incorporação de sociedades ou incorporação de ações), alienação ou cessão de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Emissora, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (q) ocorrência de qualquer alteração na composição do controle acionário da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras (seja por meio de transferência de ações de emissão da Emissora ou de qualquer das Garantidoras, conforme o caso, ou por meio de cisão, fusão, incorporação (seja incorporação de sociedades ou incorporação de ações), alienação, cessão de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou as Garantidoras, conforme o caso), sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, excetuadas as alterações na composição do controle acionário que sejam decorrentes de transações celebradas exclusivamente entre sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora;
- (r) alienação de ativos de propriedade da Emissora em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (s) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (t) os recursos obtidos com a Emissão sejam aplicados e/ou destinados de forma diversa da prevista na presente Escritura.

7.1.1. Exceção feita aos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas “e” e “n” da Cláusula 7.1 acima, com relação aos quais deverá ser observado o disposto na Cláusula 7.1.2 abaixo, a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento descrito na Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

7.1.2. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas “e” e “n” da Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência



da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das obrigações relativas às Debêntures, o que deverá ocorrer somente por deliberação dos Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.1.2.1. As Partes concordam que não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 7.1.2 acima ou não havendo: (a) sua convocação; (b) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização; ou (c) quórum em segunda convocação, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.2.2. As Partes declaram ter ciência de que, na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, qualquer ato de execução, judicial ou extrajudicial, das Debêntures será entendido como declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes devidamente registrados na CVM; e (ii) declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento integral das obrigações previstas na presente Escritura;
 - (a.2) os Avisos aos Debenturistas e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, isto é, que sejam, direta ou indiretamente, relacionadas à Emissão, em até 5 (cinco) dias da data em que forem divulgados ao mercado;
 - (a.3) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");



- (a.4) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (a.5) informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto na alínea "i" abaixo;
- (a.6) todos os dados financeiros, o organograma e os atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea "i" da Cláusula 9.5.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (a.7) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (a.8) comunicação, em até 3 (três) Dias Úteis, acerca da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer os poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura e/ou nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado; e
- (a.9) informações sobre qualquer fato que seja do conhecimento da Emissora e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato.
- (b) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil e permitir que representantes do Agente Fiduciário tenham acesso irrestrito, em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;

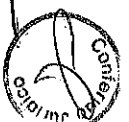


- (f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (g) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar, às suas expensas, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (h) não alterar seus principais ramos de negócio conforme previsto em seu estatuto social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (i) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as concessões, autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (j) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4 acima;
- (k) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante");
- (l) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (m) tomar todas as medidas necessárias para:
 - (m.1) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento, incluindo, sem limitação, o Contrato de Concessão Administrativa e o contrato de engenharia e construção (*engineering, procurement and construction agreement*) a ser celebrado no âmbito do Projeto;
 - (m.2) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças (inclusive licenças



ambientais), alvarás e ativos necessários para a condução dos seus negócios, dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais;

- (m.3) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal;
 - (m.4) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e
 - (m.5) manter os bens necessários para a condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa.
- (n) fornecer ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas informações sobre o Projeto que sejam razoavelmente solicitadas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, conforme o caso, nesse sentido;
 - (o) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (i) o Agente Fiduciário; (ii) o Banco Liquidante; (iii) o Escriturador Mandatário; e (iv) sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário;
 - (p) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no CETIP21, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do CETIP21, por meio da CETIP, mantendo as Debêntures registradas para negociação na CETIP até a liquidação integral de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura;
 - (q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
 - (r) informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;
 - (s) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
 - (t) comunicar, em até 3 (três) Dias Úteis, à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
 - (u) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:



- (u.1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (u.2) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (u.3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (u.4) manter os documentos mencionados no item "u.3" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (u.5) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (u.6) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (u.7) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (v) notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (w) cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- (x) não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos Debenturistas.



CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.1.2. O Agente Fiduciário da Emissão também atua, nesta data, como agente fiduciário das seguintes emissões de debêntures de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, conforme organograma societário disponibilizado pela Emissora:

- (a) 5ª (quinta) emissão pública de 2.025.000 (dois milhões e vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, da BNDESPAR Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”), sendo 500.000 (quinhentas mil) debêntures da 1ª série, com vencimento em 01 de janeiro de 2014, 1.000.000 (um milhão) de debêntures da 2ª série, com vencimento em 01 de janeiro de 2014, e 525.000 (quinhentas e vinte e cinco mil) debêntures da 3ª série, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$2.025.000.000,00 (dois bilhões e vinte e cinco milhões de reais). Nos termos da respectiva escritura de emissão, as debêntures da 5ª (quinta) emissão da BNDESPAR não contam com qualquer garantia. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tais debêntures;
- (b) 6ª (sexta) emissão pública de 2.000.000 (dois milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, da BNDESPAR, sendo 500.409.000 (quatrocentas e nove mil) debêntures da 1ª série, com vencimento em 01 de julho de 2016, 302.000 (trezentas e duas mil) debêntures da 2ª série, com vencimento em 01 de julho de 2016, e 1.289.000 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil) debêntures da 3ª série, com vencimento em 15 de maio de 2019, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). Nos termos da respectiva escritura de emissão, as debêntures da 6ª (sexta) emissão da BNDESPAR não contam com qualquer garantia. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tais debêntures;
- (c) 1ª (primeira) emissão de 300 (trezentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da GALPAR, com vencimento em 25 de maio de 2016, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Nos termos da respectiva escritura de emissão, as debêntures da 1ª (primeira) emissão da Galvão Par são garantidas por garantia fidejussória da Galvão Engenharia S.A. (“Galvão Engenharia”), bem como cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos contratos nºs 0800.0060661.10.2 e 0800.0062504.10.2, ambos celebrados entre a Galvão Engenharia e a Petróleo Brasileiro S.A. –



Petrobras ("Petrobras"). Em 25 de maio de 2012 e em 25 de maio de 2013, foram realizadas amortizações parciais de tais debêntures, nos termos da respectiva escritura de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tais debêntures;

- (d) 2ª (segunda) emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Galvão Par, com vencimento em 22 de junho de 2018, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Nos termos da respectiva escritura de emissão, as debêntures da 2ª (segunda) emissão da Galvão Par são garantidas por garantia fidejussória da Galvão Engenharia, bem como cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos contratos nºs 0800.0060661.10.2 e 0800.0062504.10.2, ambos celebrados entre a Galvão Engenharia e a Petrobras. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tais debêntures;
- (e) 1ª (primeira) emissão de 30 (trinta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 17 de junho de 2013, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 33.900.000,00 (trinta e três milhões e novecentos mil reais). Nos termos da respectiva escritura de emissão, as debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da CAB Ambiental. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tais debêntures; e
- (f) 1ª (primeira) emissão de 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da CAB Ambiental, com vencimento em 28 de junho de 2020, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Nos termos da respectiva escritura de emissão, as debêntures da 1ª (primeira) emissão da CAB Ambiental são garantidas por garantia fidejussória da GALPAR. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tais debêntures.

9.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento. O Agente Fiduciário baseou-se nas informações prestadas pela Emissora, não tendo conduzido qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações apresentadas nesta Escritura;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;



- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que verificou a regularidade da constituição da Fiança, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade da Fiança; e
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

9.3. Remuneração do Agente Fiduciário

9.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcela única de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), devida em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data da assinatura desta Escritura.

9.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.3.4. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis com publicações, *conference call* e ligações telefônicas, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre



que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora. No caso da não obtenção, pelo Agente Fiduciário, da aprovação prévia da Emissora mencionada nesta Cláusula, o Agente Fiduciário somente será reembolsado se apresentar à Emissora justificativa com relação à(s) despesa(s) incorrida(s).

9.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata die*.

9.3.7. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (e) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ.

9.3.8. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas.

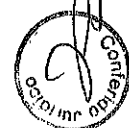
9.4. Substituição

9.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a única parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

9.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por



circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCEAL e averbado à margem do registro desta Escritura nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da Cláusula V desta Escritura.

9.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável.

9.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário, as normas e preceitos da CVM.

9.5. Deveres

9.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

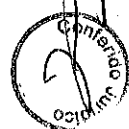
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura, bem como os respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal local "O Jornal", respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (l.5) resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;



- (l.8) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança;
 - (l.9) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tal a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
 - (l.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (l.11) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea “l” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na CETIP; e
 - (m.5) na sede do Coordenador;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário para os fins exclusivos da obrigação constante desta alínea “o”;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da ciência de qualquer



inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (s) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (t) disponibilizar o Valor Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

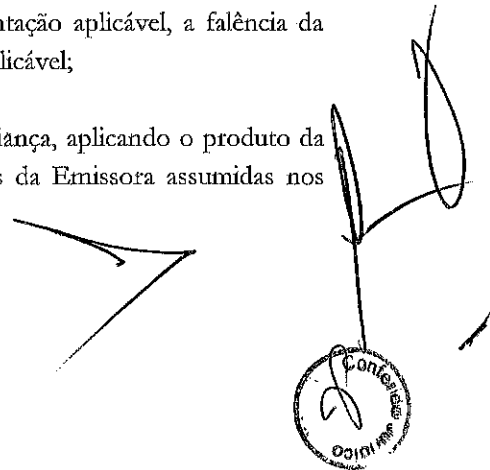
9.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

9.6. Atribuições Específicas

9.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;
- (b) requerer, após a execução da Fiança, nos termos da regulamentação aplicável, a falência da Emissora ou iniciar procedimento de mesma natureza quando aplicável;
- (c) observados os termos e condições desta Escritura, executar a Fiança, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura;

A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Agente Fiduciário" and "CVM" around a central emblem. The signature is written in dark ink and extends across the bottom right of the page.

- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 9.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" da Cláusula 9.6.1 acima.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.3.1. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.



9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7, desde que diretamente relacionadas às atividades do Agente Fiduciário, compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com *conference call* e outras despesas telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciárias de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.



10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleito pela comunhão dos Debenturistas, aos representantes do Agente Fiduciário, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá 1 (um) voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula 10.4.1, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive para as alterações da Remuneração, resgate antecipado, amortização facultativa, repactuação, e/ou nos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura.

10.4.2. Ressalvados os casos previstos nesta Escritura de forma distinta, as matérias sujeitas à



Assembleia de Debenturistas (inclusive com relação à autorizações prévias/*wavers*) serão aprovadas por Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (e) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seu estatuto social; ou (ii) qualquer norma legal que a vincule ou afete;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro das Debêntures perante o MDA e o CETIP21 e pelo arquivamento: na (i) JUCEAL, desta Escritura de Emissão e da ata de AGE e na (ii) JUCESP,



da RCA da CAB Ambiental e a RCA da GALPAR, bem como de suas respectivas publicações;

- (g) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;
- (j) tem todas as autorizações e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (k) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (l) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (m) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de



investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

- (n) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública com esforços restritos da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição;
- (o) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (q) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (r) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.4 desta Escritura;
- (s) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (t) os recursos obtidos pela Companhia em decorrência da presente Oferta que serão destinados a investimentos para o Projeto tratam-se de investimentos obrigatórios segundo marcos contratuais da concessão pública detida pela Companhia.

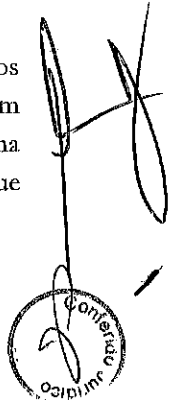
11.2. Cada uma das Garantidoras declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a prestar a Fiança em benefício dos Debenturistas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a Fiança constitui obrigação legalmente válida e vinculante de cada uma delas, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução



de direitos de credores em geral;

- (d) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (e) a celebração da presente Escritura e a prestação da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seus estatutos sociais; ou (ii) qualquer norma legal que as vinculem ou afetem;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para que a Fiança seja considerada válida e eficaz e seja exequível contra cada uma delas, exceto pelo registro desta Escritura junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- (g) a celebração da presente Escritura e prestação da Fiança não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais cada uma delas seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem de cada uma delas, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) as demonstrações financeiras de cada uma delas apresentam de maneira adequada a situação financeira de cada uma delas nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo cada uma delas fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para cada uma delas, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento de cada uma delas;
- (i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo cada uma delas perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas por cada uma delas ao mercado;
- (j) tem todas as autorizações e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração cada uma delas não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (k) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades de cada uma delas, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação às leis e regulamentos que



estejam sendo contestados de boa-fé por cada uma delas para as quais cada uma delas possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (l) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (m) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável de cada uma delas, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica de cada uma delas;
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP;
- (o) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis da República Federativa do Brasil, com plenos poderes e autoridade para conduzir seus negócios; e
- (p) os recursos obtidos pela Companhia em decorrência da presente Oferta que serão destinados a investimentos para o Projeto tratam-se de investimentos obrigatórios segundo marcos contratuais da concessão pública detida pela Companhia.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CAB ÁGUAS DO AGRESTE S.A.

Rua Antonio Estevão da Silva, nº 274, Jardim Esperança

57307-600, Arapiraca, Alagoas

At.: Sr. Antônio Carlos Ribas Dallalana

Tel.: (82) 3529-8202

Fax: (82) 3522-1070

E-mail: dallalana@galvao.com

Para as Garantidoras:

COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL S.A. – CAB AMBIENTAL



Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 1º andar, conjunto 12, Vila Olímpia
04547-005, São Paulo, SP
At.: Sr. Edison Martins
Tel.: (11) 2199-1708
Fax: (11) 3524-1790
E-mail: edison@galvao.com

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjunto 192, sala 23, Vila Olímpia
04547-005, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabricio Carvalho
Tel.: (11) 2199-0273
Fax: (11) 2199-0222
E-mail: fcarvalho@galvao.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação)/ Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice* financeiro)
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº – Prédio Amarelo – 2º andar
At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli
Tel.: (11) 3684-7654
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 – São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de



recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

12.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura, a Fiança e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.



12.6. Cômputo dos Prazos

Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prevista no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Irrevogabilidade. Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.8. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.9. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência em Reais dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração.

12.10. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, que também o assinam.

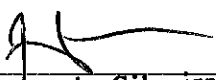
São Paulo, 12 de julho de 2013.



(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CAB Águas do Agreste S.A.)

CAB ÁGUAS DO AGRESTE S.A.


Nome:


Otavio Silveira

Cargo:

RG: M 3.136.378
CPF: 78.054.591.691

Nome:


Edison Martins

Cargo:

diretor

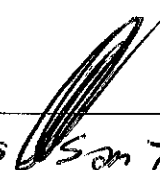


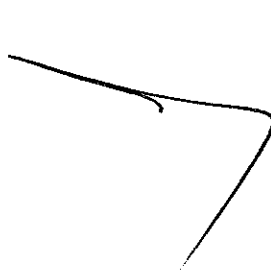
(Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CAB Águas do Agreste S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:


SPAS Santos de Amorim
Procurador









(Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CAB Águas do Agreste S.A.)

COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL – CAB AMBIENTAL

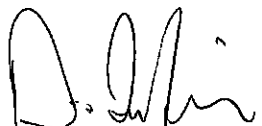

Nome: **Otavio Silveira**
Cargo: **RG: M 3.136.378**
CPF: 78.054.591.691


Nome: **Edson Martins**
Cargo: **Diretor Adm. Financeiro**
e RI



(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CAB Águas do Agreste S.A.)

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: **Dario de Queiroz Galvão Filho**
Cargo: **RG: 53.596.766-1 - SSP/SP**
CPF: 190.175.453-72

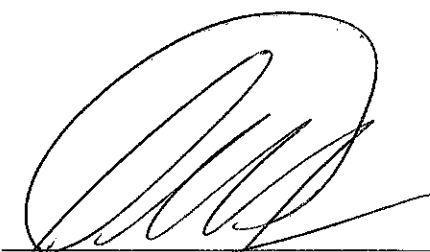


Nome: **Edison Martins**
Cargo: **diretor.**

Testemunhas:



Nome: **Fabricio Felipe Carvalho**
CPF: **RG: MG 10.746.887**
CPF: 045.198.326-24



Nome: **Luiz Gustavo M. Valentin**
CPF: **CPF: 301.661.318-22**

